

RECURSO ESPECIAL Nº 1.781.120 - SP (2018/0306750-6)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : UNIMED DE BEBEDOURO COOPERATIVA DE TRABALHO
MÉDICO
ADVOGADO : MARINA HELENA DA SILVA E OUTRO(S) - SP070286
RECORRIDO : GLAUCIA MARA DE SOUZA CUNHA
RECORRIDO : ROGERIO DA SILVA MONTEIRO
ADVOGADOS : RENATO VIEIRA BASSI - SP118126
DANIEL ALONSO MACHADO JÚNIOR - SP334507
AGRAVANTE : GLAUCIA MARA DE SOUZA CUNHA
AGRAVANTE : ROGERIO DA SILVA MONTEIRO
ADVOGADOS : RENATO VIEIRA BASSI - SP118126
DANIEL ALONSO MACHADO JÚNIOR - SP334507
AGRAVADO : UNIMED DE BEBEDOURO COOPERATIVA DE TRABALHO
MÉDICO
ADVOGADO : MARINA HELENA DA SILVA E OUTRO(S) - SP070286

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por GLÁUCIA MARA DE SOUZA CUNHA MONTEIRO E OUTRO contra decisão que negou seguimento a recurso especial, com fundamento nas alíneas “a” e “c” do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, em face de acórdão assim ementado (fl. 220, e-STJ):

Plano de saúde. Pretensão de ressarcimento de despesas médico-hospitalares, cumulada com dano moral. Prescrição trienal assentada na origem. Aplicável à espécie, porém, o prazo prescricional decenal do art. 205 do CC. Autora submetida a uma mastectomia preventiva, diante do grave risco de contrair câncer de mama. Negativa de reembolso, ao argumento de que não previsto contratualmente para procedimentos eletivos, sequer contidos no rol da ANS. Abusividade. Reembolso devido. Danos morais, contudo, não configurados. Sentença revista. Recurso provido para afastar a prescrição, no mais julgado parcialmente procedente o pedido.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 247/250 e 374/377, e-STJ).

Nas razões do recurso especial, os agravantes alegam, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 85 do Código de Processo Civil; 186, 927 do Código

Civil; 5º, X, da Constituição Federal e à Súmula 326 do Superior Tribunal de Justiça.

Argumentam que foi julgado improcedente apenas o pedido de indenização por danos morais, de forma que não há que se falar em sucumbência recíproca.

Sustentam que tem direito a serem indenizados pelos danos morais suportados.

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 515, e-STJ).

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 516/518, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A Súmula nº 568, desta Corte, dispõe que “relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema”.

Inicialmente, esclareço que não procede a alegação de violação à súmula, pois esta não se enquadra no conceito de lei federal previsto no art. 105 da Constituição Federal.

Destaca-se, também, que não compete a esta Corte Superior a análise de violação a dispositivo constitucional, sob pena de usurpação da competência atribuída exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. EXAME VIA APELO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE. READEQUAÇÃO DE BENEFÍCIO. REVISÃO. TETOS DAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS 20/98 E 41/03. QUESTÃO DIRIMIDA SOB ENFOQUE EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. ANÁLISE VEDADA. USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO STF. ALÍNEA 'C'. NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA.

1. O exame da violação de dispositivo constitucional (art. 5º, II, da Constituição Federal) é de competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, conforme dispõe o art. 102, III, da Constituição Federal.

(...)

5. Recurso Especial não conhecido"

(STJ, REsp 1.672.259/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 30/6/2017)

Não há como se afastar a sucumbência recíproca no caso dos autos.

Com efeito, os autores formularam, na inicial, dois pedidos indenizatórios:

(i) o primeiro referente aos danos materiais e (ii) o segundo concernente aos danos morais. Tendo as instâncias ordinárias julgado procedente apenas o primeiro pleito, verifica-se que cada litigante foi, em parte, vencedor e vencido, devendo as despesas serem distribuídas proporcionalmente entre eles, nos termos do art. 86, *caput*, do Código de Processo Civil.

Anoto, em seguida, que não prospera o pedido de indenização pelos danos morais em razão do óbice da Súmula 7/STJ.

Com efeito, de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o mero inadimplemento contratual não enseja a condenação por danos morais (AgInt no AREsp 381.686/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 15/8/2017, DJe 22/8/2017).

Nesse sentido, a recusa do plano de saúde em cobrir determinado procedimento médico não configura a hipótese de dano moral presumido – ou *in re ipsa* – razão pela qual se mostra indispensável a comprovação do efetivo prejuízo para que haja o dever de indenizar.

É necessário que exista, assim, uma consequência mais grave em virtude do ato que, em tese, tenha violado o direito da personalidade, provocando dor, sofrimento, abalo psicológico ou humilhação consideráveis à pessoa, e não quaisquer dissabores da vida.

O Tribunal negou a indenização, nos seguintes termos (fls. 237/239, e-STJ):

Quanto aos danos morais, contudo, não se entende assista razão aos autores.

Ainda a tanto não se reduza, em sua mais ampla acepção (v.g. Anderson Shreiber, *Novos Paradigmas da Responsabilidade Civil*. São Paulo: Atlas, 2007. p. 118-119), para o caso em tela importa a compreensão do dano moral como qualquer violação a direitos que têm seu valor fonte na dignidade humana. Ou seja, os direitos

chamados da personalidade. E até porque objeto de especial proteção, tem-se que o dano já esteja na própria conduta de violação. Daí dizer-se que o dano moral seja ou esteja "in re ipsa".

Na lição de Maria Celina Bodin de Moraes (Danos à pessoa humana. Rio de Janeiro: Renovar, 2007. p. 130), o dano moral há de ser reconduzido, diretamente, ao valor básico do sistema, elevado ao nível de princípio fundante da República (art. 1º, III, da CF/88), que é a dignidade da pessoa humana. Nas suas palavras, o que o ordenamento, faz é "concretizar ou densificar a cláusula de proteção humana, não admitindo que violações à igualdade, à integridade psicofísica, à liberdade e à solidariedade (social e familiar) permaneçam irressarcidas". (Op. cit. p. 131).

É mesmo uma preocupação com a concretização do princípio da dignidade, de que, na intenção de preservar a integridade físico-psíquica da pessoa, a obrigação de segurança é forte matiz e o dano moral é instrumento (sobre esse movimento de concretização, inclusive no campo da responsabilidade civil, conferir: Antônio Junqueira de Azevedo, Caracterização jurídica da dignidade humana. In. Estudos e Pareceres de Direito Privado. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 181).

Por isso que, inclusive como levado ao texto do Enunciado 159 do CEJ, a violação havida deve ser grave, a fim de se evitar o que Anderson Schreiber chama de demandas frívolas. Na visão do autor, insta obstar a mercantilização de situações existenciais, envolvendo direitos essenciais, apequenando o sistema protetivo em que se concebe a indenização moral (in Novos paradigmas da responsabilidade civil, Atlas, p. 187-190).

Pois, não obstante havida recusa de custeio de procedimento coberto, não havia risco imediato, a internação se deu e a cirurgia de pronto se realizou, no exato dia em que agendada, sem qualquer demora a resultar em sério agravo a direito essencial, que não se deve haurir da necessidade de se socorrer de amigos para pagamento, agora garantido o reembolso.

Entende-se que a situação de fato, para gerar danos morais, deveria ter repercutido no patrimônio imaterial da parte autora de forma reflexa, o que não ficou demonstrado, conforme delineado pelo acórdão recorrido, sendo que a falha na prestação dos serviços por parte da ré significou, segundo o que consta dos autos, nada mais do que meros aborrecimentos e dissabores.

Nesse contexto, verifica-se que rever o entendimento do acórdão recorrido

ensejaria o reexame do conjunto fático-probatório da demanda, providência vedada em sede de recurso especial, ante a Súmula 7 do STJ.

Destaco, por fim, que é pacificado nesta Corte que o dissenso jurisprudencial deve ser demonstrado de forma clara, realizando-se o cotejo analítico e mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. Não basta, assim, a mera transcrição de ementas, nos moldes exigidos pelos art. 255, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, c/c art. 1.029, §1º, do Código de Processo Civil.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535, INCISO II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.

1. A Corte de origem apreciou todas as questões relevantes ao deslinde da controvérsia de modo integral e adequado, apenas não adotando a tese vertida pelo Agravante. Inexistência de omissão.

2. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria de fato (Súmula 7/STJ).

3. Dissídio jurisprudencial não demonstrado nos moldes estabelecidos nos artigos 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil e 255, parágrafos 1º e 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg nos EDcl no AREsp 446.568/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 1/2/2016)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART.544 DO CPC) - AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS - JULGAMENTO ANTECIPADO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA NEGAR SEGUIMENTO AO RECLAMO.

1. Consoante consolidado pela jurisprudência dessa Casa, não se conhece da ofensa ao art. 535 do CPC, quando o recorrente deixa de indicar, de maneira detalhada e específica, a forma com que a

suposta violação da lei federal teria se verificado, incide, no caso, a Súmula 284 do STF, ante a deficiente fundamentação desenvolvida no recurso. Precedentes.

2. A alegada afronta aos artigos 334, inciso II, 348, 350 e 131, todos do Código de Processo Civil; 29, inciso XII do CTB; e 10, §§ 3º e 4º do Decreto 1.832/96, não pode ser acolhida, haja vista a ausência de prequestionamento da questão a eles pertinentes, incidindo, por analogia, os óbices consolidados nas Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

3. O entendimento sedimentado nesta Corte Superior é no sentido de que sendo o magistrado destinatário das provas, cabe a ele decidir sobre a pertinência de sua produção.

4. Com efeito, o recorrente não logrou demonstrar a divergência jurisprudencial nos moldes exigidos pelos artigos 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ. Isto porque a interposição de recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional reclama o cotejo analítico dos julgados confrontados a fim de restarem demonstradas a similitude fática e a adoção de teses divergentes, máxime quando não configurada a notoriedade do dissídio. E ainda, incide o óbice da Súmula 13/STJ 5. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 410.060/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 1/12/2015, DJe 7/12/2015)

No caso concreto, verifico que esses requisitos não foram devidamente atendidos, o que impede a análise da alegada divergência jurisprudencial.

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora